



ESTUDOS CULTURAIS FEMINISTAS: A IMPORTÂNCIA DE AFIRMAR UMA NOMEAÇÃO*

Feminist cultural studies: the importance of affirming a nomination
Estudios culturales feministas: la importancia de afirmar una denominacion

_ANA CAROLINA DAMBORIARENA ESCOSTEGUY

Foto: Lawerfield

SOBRE A AUTORA >

ANA CAROLINA DAMBORIARENA ESCOSTEGUY >

Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). e-mail: carolad2017@gmail.com

RESUMO > ABSTRACT > RESUMEN

Retomo as repercussões da “interrupção” que o feminismo provocou na agenda dos estudos culturais, com o propósito de argumentar que, mais do que isso, ela abriu uma brecha para a formação de estudos culturais feministas. Para tal, analiso marcos históricos da vertente anglo-saxônica que abrangem de meados dos 1970 até início dos 1990, com vistas à explicitação de um programa de pesquisa em estudos culturais feministas, com ênfase na investigação sobre comunicação e questões de gênero. Conclui-se que essa retomada serve para pensar, em chave histórica e dialógica, o momento de expansão da pesquisa desse tipo hoje no Brasil.

Palavras-chave: Estudos culturais. Feminismo. Gênero. Comunicação. Pesquisa.

Feminism was pointed out as an “interruption” that transformed the direction of cultural studies. The paper returns to the repercussions of this intervention that reorganized the cultural studies agenda, in order to argue that this turn has opened a breach for the development of feminist cultural studies. The effort here is centered on the recovery of historical milestones of its beginning (1974-1991). This account makes explicit a research program in feminist cultural studies with emphasis on gender and communication research. Finally, this resumption serves to think, in a historical and dialogical key, the moment of expansion of this type of research today in Brazil.

Keywords: Cultural studies. Feminism. Gender. Communication. Research.

Regreso a las repercusiones de la “interrupción” que provocó el feminismo en la agenda de los estudios culturales, con el propósito de argumentar que, más que eso, abrió una brecha para la formación de los estudios culturales feministas. Para ello, analizo hitos históricos desde la perspectiva anglosajona que abarcan de los 1970 hasta principios de los 1990, con miras a explicar un programa de investigación en estudios culturales feministas, con énfasis en la investigación en temas de comunicación y género. Se concluye que esta reanudación sirve para pensar, en clave histórica y dialógica, el momento de expansión de este tipo de investigaciones hoy en Brasil.

Palabras clave: Estudios Culturales. Femenismo. Género. Comunicación. Investigación.

* A primeira versão deste texto foi apresentada no GT Cultura das Mídias, durante o XXVII Encontro Anual da Compós, realizado em Belo Horizonte (MG), em junho de 2018. Agradeço pelos comentários recebidos no GT e, especialmente, às alunas e aos alunos do Seminário Avançado em Estudos Culturais Feministas, ministrado, pela primeira vez, em 2018 e, posteriormente, em parceria com Milena Freire, em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

DOS PROPÓSITOS E SUAS LIMITAÇÕES

O feminismo foi apontado por Stuart Hall (2003, p. 208) como uma “interrupção” que revolucionou os rumos dos estudos culturais em meados dos 1970. Retomo¹ as repercussões dessa intervenção que reorganizou a agenda dos estudos culturais tanto em termos teóricos quanto na configuração de novos objetos de estudo, com o propósito de reforçar que a eclosão do feminismo nos estudos culturais ampliou seus horizontes, mas foi mais do que isso: abriu uma brecha para o desenvolvimento de estudos culturais feministas.

Em síntese, o impacto do feminismo na análise política da cultura, em curso no Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), em Birmingham, segundo Cláudia de Lima Costa (2014, p. 85), teve consequências vigorosas

[n]a valorização da esfera privada e das esferas públicas alternativas [...]; [n]o deslocamento da categoria de classe como mecanismo primário de dominação [...]; e maior preocupação com questões sobre subjetividade, identidade, sexualidade, desejo e emoção, possibilitando maior compreensão da dominação/subordinação em nível subjetivo.

¹ Apresento uma recuperação mais detalhada do relato de Stuart Hall sobre a entrada do feminismo nos estudos culturais em artigo que integra o dossiê “Tributo a Stuart Hall”, publicado pela revista *MATRIZES* (ESCOSTEGUY, 2016).

Ou seja, observa-se a partir daí que as consequências repercutiram tanto na incorporação de novos objetos de estudo quanto nas categorias analíticas. Por conseguinte, é possível pensar, para além de convergências pontuais entre feminismos e estudos culturais, em um momento de formação de estudos culturais feministas. Aqui, proponho-me a argumentar nessa direção. Para tal, do ponto de vista metodológico, adoto uma combinação entre as vias programática e etnográfica (RESTREPO, 2012), que originalmente atendeu ao propósito de caracterizar os estudos culturais.

Neste caso, a via programática pressupõe assumir que determinados critérios e/ou condições caracterizam os estudos culturais feministas. Essa postura almeja identificar algumas delimitações para a articulação dos programas de pesquisa dos estudos culturais e dos estudos culturais feministas, apesar da pluralidade teórica, insistentemente, reivindicada por ambos. Logo, configura-se como uma estratégia exploratória dos fluxos e intercâmbios entre áreas – estudos culturais, estudos de gênero, teorias feministas –, com vistas a uma definição, ainda que fluída, provisória e contextual.

Para Eduardo Restrepo (2012), a via etnográfica permite prestar maior atenção às práticas concretas, aos tópicos estudados, aos trajetos intelectuais, às intervenções políticas daqueles que sustentam uma prática em estudos culturais. Na adaptação realizada, mais do que trajetórias intelectuais individuais, utilizo produções intelectuais de autoria coletiva, bem como destaque antologias-chave, de caráter feminista, associadas aos estudos culturais, publicadas em distintas ocasiões e com objetivos diferentes.

Na medida do possível, por meio da coleta e da recuperação de relatos esparsos, todas essas fontes documentais são situadas nos seus respectivos contextos de produção². Contudo, não abarco os contextos biográficos e subjetivos, experiências de vida e memórias das feministas mencionadas que, obviamente, se articulam com suas respectivas posições teóricas e vão marcar a formação de estudos culturais feministas.

Sendo assim, assumo que se trata de aplicação incompleta da estratégia metodológica indicada por Restrepo (2012, p. 123, tradução). Porém, resguardo a premissa central de sua proposta, que implica “construir uma cartografia que não pretende suprimir os dissensos já que nestes se encontram alguns de seus aspectos mais interessantes e fecundos”.

A seguir, procuro rastrear, apresentar e analisar narrativas, sobretudo, anglo-saxônicas, que evidenciam vinculações entre estudos culturais e de gênero, com viés feminista, atravessados pela problemática da comunicação e/ou da mídia. Como o esforço aqui está centrado na recuperação do período inaugural (1974-1991) do que hoje se pode chamar de estudos culturais feministas, os relatos analisados estão fundamentalmente comprometidos com uma perspectiva feminista que reivindica a afirmação de mulheres como sujeito político e do conhecimento, ainda que posteriormente tenham se multiplicado outros desdobramentos, tais como aqueles vinculados aos estudos LGBTQ+. Sendo assim, as atuais problematizações teóricas no âmbito dos estudos de gênero, algumas delas derivadas da atual prática política e teórica dos movimentos LGBTQ+, dos estudos queer e de masculinidades, não estão aqui contempladas. A razão disso é

² Esclareço que essa via metodológica já foi exercitada em trabalhos anteriores, embora com foco bem mais restrito e delimitado. Por exemplo, para reivindicar uma afinidade entre o trajeto intelectual de Jesús Martín-Barbero e os estudos culturais latino-americanos (ESCOSTEGUY, 2018). Em outra situação, utilizei três histórias pessoais, isto é, três trajetórias intelectuais, para identificar as relações entre estudos de gênero e estudos de mídia no Brasil, no período do final dos anos 1970 até a virada do milênio (ESCOSTEGUY, 2012).

a delimitação temporal estabelecida ³: de 1974 a 1991.

Justifico esses limites, em primeiro lugar, pela necessidade de compreensão histórica, isto é, recuperar a etapa inicial significa conhecer o passado e, portanto, os temas e os desafios encarados em um determinado contexto e período. Essa lente revela a existência de relações de força, disputas externas e internas, demonstrando, no caso, que a formação e o reconhecimento da perspectiva feminista não foram pacíficos no âmbito dos estudos culturais. Além disso, essa retomada justifica-se para pensar, em chave histórica e dialógica, o presente momento de expansão da pesquisa desse tipo, no Brasil, bem como a circulação global do pensamento feminista.

Contudo, não ignoro que “as viagens das teorias” entre Norte e Sul global são marcadas pela desigualdade e, sobretudo, pelo apagamento dos saberes provenientes do Sul. De todo modo, creio que o desafio é pensar possibilidades de diálogo entre Sul e Norte global, perspectivas de troca entre várias realidades históricas e vivenciais, outros modos de relacionamento entre conhecimentos que se originam no Norte global e os “outros” saberes.

Reconheço a necessidade de adentrar nesse questionamento, seja por meio de noções como “epistemologia do Sul”, cunhada por Boaventura de Sousa Santos, ou, mais especificamente no escopo dos discursos feministas, das propostas de Lila Gonzalez, Gloria Anzaldúa, Gayatri Spivak, entre outras alternativas. Apesar da premência desse debate no contexto da genealogia que se pretende apresentar a seguir, considero que tal problemática constitui uma área específica de discussão, não existindo espaço para seu devido tratamento.

Sobre a delimitação espacial adotada, esta se deve à minha afinidade com a tradição anglo-saxônica dos estudos culturais⁴, mas também ao caráter político assumido por essa tradição, desde seu início. É notória sua vinculação com distintos movimentos sociais da época de sua formação, configurando-se tanto como um projeto intelectual quanto político. A mesma aspiração – de ser um projeto político e intelectual – marca a origem dos estudos feministas, no contexto considerado, pois estes surgem de seu compromisso com o movimento de mulheres, em especial com o Women’s Liberation Movement.

Motivado pela atual efervescência dos estudos feministas, o propósito deste artigo é apresentar os princípios de uma movimentação intelectual que enfrentou uma série de preconceitos e discriminações, reivindicando a importância de assumir o nome *estudos culturais feministas*, com vistas a demarcar um lugar, um espaço próprio de reflexão e produção de conhecimento.

UMA TRAJETÓRIA DE INTERRUPÇÕES (1974-1991)

No CCCS, uma das primeiras produções que revela uma associação com a temática feminista é *Images of women in the media*, de Helen Butcher, Ros Coward, Marcella Evaristi, Jenny Garber, Rachel Harrison e Janice Winhip (1974). O trabalho foi realizado no âmbito do Women’s Studies Group, criado em outubro de 1974 e aberto à participação masculina – conforme consta no relatório das atividades desenvolvidas pelo Centro

³ Análises genealógicas datam a emergência da teoria *queer* em 1991, nos Estados Unidos

⁴ Desde meu doutorado, venho trabalhando com os desdobramentos dessa tradição de pesquisa. Ver: Escosteguy (2001).

de janeiro de 1974 a janeiro de 1976 (CCCS, 1976) –, com a finalidade de ser apresentado em dezembro do mesmo ano, num evento promovido pela British Sociological Association.

Focado em identificar papéis de gênero, apresenta uma análise de imagens de mulheres em circulação em distintas áreas da mídia: na publicidade, nas notícias, nas revistas femininas, em filmes, em *cartoons* e nas fotografias de nus, estampadas, principalmente, em publicações populares, como no *The Sun*. Essas análises privilegiam o modo pelo qual os discursos dominantes da mídia reforçam e reproduzem papéis tradicionais de gênero e uma visão machista da sociedade. E, portanto, tomam como ponto de partida que a opressão das mulheres, também, estava relacionada às imagens de subordinação da mulher que circulavam na mídia.

De modo geral, esse trabalho assume um eixo de investigação que, embora fosse pioneiro no contexto do CCCS⁵, perdura até os dias de hoje. Contudo, na atualidade, tal abordagem é muito limitante dado que a identificação de papéis parte de um padrão normativo que se associa a um modelo de família nuclear e a uma divisão sexual tradicional de trabalho em que o homem é o provedor e a mulher, a cuidadora. Ou seja, não leva em conta as fortes transformações sociais e culturais, que ocorreram a partir da segunda metade do século XX, quando emergiram novos arranjos familiares e, conseqüentemente, mudanças nos papéis desempenhados.

Além disso, esse tipo de estudo que identifica, sobretudo, estereótipos, trata a mulher de modo excessivamente homogêneo e simples, ignorando as diferenças entre mulheres. Ou seja, descarta os atravessamentos das identidades de gênero com outros marcadores identitários, como os de classe, etnia/raça, geração, sexualidade etc., que atuam de modo imbricado. Embora as análises daquela época buscassem problematizar as subordinações e desigualdades entre mulheres e homens, desestabilizando o determinismo biológico e deslocando o peso das determinações econômicas, ainda se fechavam sobre um núcleo de atributos predeterminados, revelando uma carga unificadora e universalizante em torno de “uma condição de mulher”.

Entre as críticas mais importantes e pertinentes a esse enfoque, identifica-se aquela que tematiza a relação entre mídia e realidade. A compreensão dominante nesse momento presume que tais imagens são, ou mesmo, deveriam ser, reflexo da sociedade. Em contraposição a tal entendimento, Joanne Hollows (2005, p. 18, tradução nossa) explica: “os meios de comunicação não representam bem ou mal as identidades de gênero, mas trabalham para construir e estruturar seu significado”. Portanto, a mídia participa, de modo ativo da construção do que significa ser mulher, num contexto histórico específico, produzindo até mesmo sentidos contraditórios, o que não é propriamente reconhecido pela coletânea de 1974⁶.

Na sequência, em 1975, também, fruto de pesquisa do CCCS, mas do Subcultures Group, destaca-se a publicação de *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain (Working Papers in Cultural Studies*, n. 7/8, de 1975), que contou, a duras penas, com dois capítulos que tematizavam a cultura juvenil

⁵ Em alguma medida o enfoque explorado em *Images of women in the media* remete ao trabalho da norte-americana Betty Friedan, em *A mística feminista*, de 1963.

⁶ Após a repercussão do que ficou conhecido como “virada cultural”, há uma guinada no enfoque dos processos de produção de sentido, configurando-se uma preocupação com questões de representação, o que, por sua vez, vai formar outro tipo de análise cultural feminista. Nesse último caso, é reconhecido que as representações trabalham dentro de um campo de disputa simbólica, produzindo efeitos sociais.

feminina: *Girls and subculture: An exploration* e *A note on marginality*⁷. O primeiro é de caráter empírico e o segundo lança uma proposta teórica. Os demais desconsideravam a existência do debate de gênero, seja pelo prisma teórico, seja empírico⁸. Objetivamente, a pesquisa como um todo não assumia nem o eixo do gênero nem da sexualidade como estruturadores da cultura juvenil, mas, sim, o marcador de classe social.

O esforço inaugural de Angela McRobbie e Jenny Garber, em *Girls and subculture: An exploration*, de destacar formas diferenciadas da subcultura juvenil feminina que se articulavam em torno da classe, geração e gênero, configurou um espaço preliminar de tensionamento da postura homogeneizante, existente no trabalho sobre imagens de mulheres. De outro lado, confrontou o olhar predominantemente masculino de dita pesquisa sobre as práticas juvenis.

Por meio de pesquisa empírica, composta por entrevistas com adolescentes de 14 a 16 anos, as autoras concluíram que a cultura das meninas celebrava, por um lado, o romance, a importância de ter namorado e a necessidade de reservar-se para o casamento e, por outro, a moda e a beleza. Esses mesmos valores eram, segundo McRobbie e Garber (2014), origem da condição de opressão vivenciada pelo grupo, o que, em parte, indicava uma rota de oposição aos propósitos originais da pesquisa maior que investigava “rituais de resistência” da juventude britânica, vinculada à classe operária. Além disso, os aspectos citados configuravam, claramente, uma versão tradicional de feminilidade que, na época, era traduzida pela revista mais popular entre as jovens britânicas, *Jackie*.

No trabalho de esquadrihar a feminilidade no espaço da cultura juvenil, destaca-se a trajetória de Angela McRobbie, situada, a partir dos anos 1980, no terreno mais amplo do feminismo e de suas imbricações com a cultura popular. Passagem consolidada com a organização da coletânea *Feminism for girls: An adventure story*, ainda que em nova parceria com Trisha McCabe, que revelou alterações importantes na cultura juvenil feminina (MCROBBIE; MCCABE, 1981)

Na década de 1980, tudo isso tinha mudado. As dicotomias anteriores [...] já não eram nem tão relevantes, nem tão apropriadas, muito menos tinham o poder de análise e de explicação

que tinham tido antes. *Jackie*, a revista para as adolescentes entre 12 e 16 anos, tinha sido desbancada pela sua rival, *Seventeen*, o que constituiu um bom indicador dos “novos tempos” e exemplificou um novo clima: a ausência de romance, as fantasias com o mundo *pop* e da moda; maior abertura sexual; a importância com a imagem e a inscrição do corpo na “lógica do consumismo”. *Tudo isso contribuiu para a emergência de uma “moça mais independente ou individualizada”* (HALL; JEFFERSON, 2014, p. 42, tradução e grifos nossos).

Essa avaliação de Stuart Hall e Tony Jefferson sobre as transformações ocorridas nos 1970 e 1980 circulou no aniversário de 30 anos de publicação de *Resistance through rituals*, incorporada na edição espanhola aqui utilizada como referência. Mas, o que importa é que, na década de 1970, as dificuldades – políticas,

⁷ Aqui, é utilizada a versão da coletânea publicada em espanhol. Ver: McRobbie e Garber (2014) e Powell e Clarke (2014).

⁸ Destaca-se, a seguir, apenas o capítulo de Angela McRobbie e Jenny Garber, já que foi este o que teve maior repercussão, sendo recorrentemente referido como uma pesquisa de abordagem feminista no campo dos estudos culturais.

acadêmicas e conceituais – para trabalhar com questões de gênero eram patentes. Logo, a ressalva de Charlotte Brunsdon (1996, p. 281, tradução nossa) tem validade tanto para a análise das imagens de mulher como para a investigação da cultura juvenil feminina do período:

[...] aqui deve ser lembrado que “feminismo” e “feminista” não eram termos pelos quais o feminismo da segunda-onda entendia a si mesmo. Os anos 1960 tinham criado o Movimento de Libertação das Mulheres (WLM [na sigla original]). Era como “mulheres” e não como “feministas” que as primeiras mobilizações políticas e intelectuais tinham sido conduzidas.

Não obstante a realização dos dois trabalhos citados acima, é somente em 1978 que vai ser produzida a primeira antologia do CCCS, exclusivamente centrada nos estudos de mulheres: *Women take issue: aspects of women's subordination*. No final de 1977, na reunião anual de apresentação de resultados de cada grupo de estudos do Centro, espaço onde eram discutidos os principais temas que seriam destacados na sua mais importante publicação anual, *Working Papers in Cultural Studies*, a proposta temática foi aprovada.

Na introdução da coletânea, de autoria coletiva, o Women's Studies Group (apud DÍAZ, 2009, p. 424-425, tradução nossa) avalia:

[...] o que finalmente fez com que o CCCS nos permitisse fazer este livro não foi apenas o fato de termos “demonstrado” nossa capacidade em termos de nosso trabalho teórico em análise econômica em nossa apresentação...; também foi causado pelo fato de terem ouvido nossas gravações de mulheres que falavam de suas vidas como donas de casa, uma poderosa demonstração da opressão das mulheres e do objetivo político de nosso trabalho intelectual.

Participam da coletânea nove mulheres e dois homens, em um conjunto de nove capítulos. O primeiro deles, *Women's Studies Group: trying to do feminist intellectual work*, de autoria coletiva, é o mais relevante no contexto desta genealogia, dado que relata a história do Women's Studies Group, suas motivações, as cisões e os embates entre uma prática política e intelectual. Destaca-se que o objetivo geral do trabalho situa-se claramente no campo político:

Através das questões formuladas pelo feminismo e das ausências que detecta, a investigação feminista e os estudos sobre a mulher constituem-se em um dos aspectos da luta pela transformação da sociedade com o fim último de que os “estudos da mulher” se tornem algo desnecessário (WOMEN'S STUDIES GROUP apud DÍAZ, 2009, p. 427).

Se assumir esse compromisso político era natural num contexto onde as participantes do grupo já estavam vinculadas ao Women's Liberation Movement, o principal desafio do coletivo concentrava-se na necessidade de formular uma teoria que explicasse como ocorrem os processos estruturais de subordinação das mulheres e,

em decorrência, desenvolver ferramentas conceituais que possibilitassem acionar uma análise propriamente feminista. Contudo, adotar essa perspectiva significava enfrentar ostensivamente uma discussão sobre aderir a formas de conhecimento já existentes (ou seja, aos paradigmas estabelecidos e dominantes, vigentes no trabalho desenvolvido pelo CCCS) ou reformular tais modos de conhecer por meio de um posicionamento centrado nas questões de gênero.

Portanto, entre as alternativas existentes para avançar na produção de conhecimento feminista, o grupo identificava fundamentalmente duas possibilidades. Um posicionamento que reivindicava a realização de uma crítica feminista ao campo dos estudos culturais ou adotar uma postura mais restrita e, por sua vez, circunscrita a preocupações mais concretas em torno de questões femininas e limitadas às mulheres.

De certo modo, entendo que essa discussão se aproxima ao que Alinne Bonetti (2012, on-line) apresenta como as diferenças entre trabalhar com gênero como categoria analítica ou como categoria teórico-epistemológica. Apenas nesta última condição “significa[ria] dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder”. Em outras palavras, em tal concepção, “gênero diz respeito a uma forma de conceber e de produzir conhecimento sobre o mundo social”.

Contudo, nas condições teórico-políticas daquele momento (1977-1978), e com muita dificuldade para acordar uma posição dentro do grupo, venceu a necessidade de realizar investigações concretas e historicamente específicas a partir de uma perspectiva feminista – o que implicava que suas preocupações ficassem delimitadas ao campo particular das questões de gênero. Nos termos de Bonetti (2012), o trabalho assumiria apenas o viés de gênero como categoria analítica. Na época, essa opção fez brotar uma divisão no interior do próprio grupo, dificultando a construção de uma conclusão para a coletânea. Apesar disso, o mais importante, dada a conjuntura da época, foi demarcar uma área de atuação com especificidade dentro do campo acadêmico, servindo para delinear novos e diversos objetos de estudo.

Vale ainda fazer uma menção sintética sobre outros dois capítulos dessa coletânea, assinalando, de modo genérico, suas temáticas. Ressalta-se que tais textos são de autoria individual. Um deles, de Charlotte Brunsdon, *It is well known that by nature women are inclined to be rather personal*, trata da dicotomia entre o pessoal e o político; o outro, de Angela McRobbie, *Working class girls and the culture of femininity*, relaciona as experiências vividas de meninas da classe trabalhadora a suas respectivas posições materiais. Tem-se aí lançadas duas questões que vão marcar indelevelmente a agenda dos estudos culturais feministas⁹, em termos de objeto de estudo.

A variedade de perspectivas assumidas nos oito capítulos da compilação do trabalho investigativo do Women's Studies Group – excluindo apenas sua introdução – não impede, contudo, que seja identificada uma convergência teórica. Segundo Anne Balsamo (1991, p. 52, tradução nossa), esse ponto de encontro está situado nas articulações entre marxismo e feminismo: “eles [os capítulos] se baseiam na teoria marxista, mas também estão preocupados em revisar tal teoria de acordo com o compromisso feminista de estar

⁹ A publicação de *CCCS Selected Workings Papers* (vol. 2), organizada por Ann Gray, Jan Campbell, Mark Erickson, Stuart Hanson e Helen Wood, e editada pela Routledge, em 2007, apresenta uma seleção dos capítulos de *Women take issue* (1978), com uma nova introdução, de autoria de Janice Winship: *The difficult of “between”: A position that almost isn't there*. Aí a autora apresenta um balanço, em retrospectiva, sobre o processo de construção da coletânea, bem como da trajetória do grupo.

envolvido com as condições materiais de vida das mulheres”. Como consequência, pretendia-se dar conta das articulações entre sexo, gênero e classe, enfocando tanto a subordinação das mulheres quanto a de classe, o que vai subsidiar a formação de um feminismo materialista marxista histórico. Todavia, a mesma autora salienta uma ausência importante na coletânea: as questões sobre raça e racismo. De todo modo, a antologia foi saudada como um marco histórico dentro e fora do CCCS e, até mesmo, como um “momento fundador” dos estudos culturais feministas.

Na avaliação de Brunston (1996, p. 278, tradução e grifos nossos) sobre a “interrupção” do feminismo nos estudos culturais,

se há uma primeira fase no encontro entre as feministas e o CCCS, começando, talvez, em 1973-4, eu sugeriria que seu texto final é a coletânea de 1981, de McRobbie e McCabe, *Feminism for girls*, a qual, em seu uso de “feminismo” e “meninas”, sugere uma distância dos anos 70. Este livro marca, também, o fim da primeira fase com uma percepção muito forte dos problemas com a categoria “mulher”, bem como com a *diferença entre* as mulheres.

Uma nova etapa se instituiu, nos anos 1980, mediante a fratura daquele discurso de irmandade em torno das mulheres, vigente na década anterior. O livro *Feminism for girls: An adventure story*, organizado por McRobbie e McCabe (1981), ao utilizar o termo “meninas” assinala a existência de diferenças dentro de uma formulação demasiadamente globalizante e abarcadora como a de “mulher” (ESCOSTEGUY, 1998), ressaltando que não existe um único feminismo, pois este assume diferentes formas e tem distintas preocupações. As organizadoras da coletânea assumem que não se trata de oferecer um guia, um passo a passo para a “boa vida feminista”, mas pistas e ideias, colocando em prática um dos princípios do feminismo: a reivindicação de que o pessoal é político.

Merece especial destaque o capítulo *Resistances and responses: the experience of black girls in Britain*, de Valerie Amos e Pratibha Parmar, com a tematização da questão racial. Embora a problemática racial e do racismo estivesse na mira da pesquisa desenvolvida no CCCS, na década de 1970, em especial em *Policing the crisis* (1978), notava-se uma omissão no que diz respeito a sua combinação com a categoria gênero. Inclusive em *Women take issue* (1978) existe essa lacuna.

No relato sobre o processo produtivo da coletânea *Feminism for girls*, a intersecção gênero/raça é realçada. Angela McRobbie (1981, [s.p], tradução nossa) reconhece que falar sobre “meninas e mulheres, em geral”, de fato, significa “meninas e mulheres brancas” e que a presença da reflexão de Valerie Amos e Pratibha Parmar deixa evidente “como nós, as pessoas brancas, nos beneficiamos do racismo, mesmo que tentemos ser anti-racistas. Nós devemos assumir pessoalmente que o racismo é nosso problema e temos que iniciar mudanças”.

Dentro CCCS, é em 1978 que o *Race and Politics Group* inicia suas atividades, publicando, em 1982, *The empire strikes back: Race and racism in 70's Britain*. Essa coletânea vai contar com três capítulos nos quais os atravessamentos em torno da raça com a categoria gênero ganham relevância. Dois deles, de autoria de Hazel Carby, tematizam a problemática negra: *Schooling in Babylon*, produzido a partir de sua experiência, como

docente em escola da periferia de Londres, com estudantes negros nascidos na Grã-Bretanha e imigrantes afro-caribenhos; e *White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood*, que denuncia o racismo de parte do feminismo branco, questionando a ideia de irmandade entre mulheres. O terceiro trata das articulações entre classe, gênero e raça, embora focando em mulheres asiáticas: *Class, gender and race: Asian women in resistance*, de Pratibha Parmar.

Retomando o olhar histórico de Brunsdon (1996), outro estágio estaria em processo nas relações entre feminismo e estudos culturais a partir dos anos 1980, sobretudo lastreado em trabalhos individuais¹⁰. Novamente, a diversidade é a tônica que marca esse novo conjunto de pesquisas. Mesmo assim, segundo Balsamo (1991, p. 60), é possível identificar a saliência de duas frentes teóricas no período: uma centrada na prática da leitura e outra, na da escrita. Ambas estariam preocupadas em revelar como as mudanças discursivas são produzidas e como tais práticas – de leitura e de escrita – podem ser empoderadoras, já que contribuiriam para a construção de uma posição de fala.

Além disso, observa na prática da escrita, principalmente, expressa na vertente dos estudos subculturais, a existência de uma afinidade em torno da etnografia e, inclusive, da autobiografia. Nos termos de Balsamo (1991, p. 57, tradução nossa), a afinidade estaria centrada no “processo de ‘fazer pesquisa sobre mulheres’ e considerar, de modo aprofundado, a política de representar aquelas que geralmente têm a autorrepresentação negada”. Por esta via, estaria em evidência a dimensão subjetiva das experiências das mulheres, enfatizando as condições do cotidiano e do espaço doméstico na reprodução das relações de poder. Viés que já havia sido lançado em *Women take issue* (1978) e merecido forte crítica no campo dos estudos culturais. Esse tipo de ênfase teórico-metodológica vai compor a tônica dos estudos de recepção e de audiência em relação aos produtos da cultura popular, sobressaindo-se a partir de meados dos 1980.

A trajetória de interrupções registrada, aqui, inicia com a indicação de *Images of women in the media* (1974) e *Girls and subculture: An exploration* (1975) como trabalhos embrionários e antecedentes à produção de *Women take issue* (1978), marco profícuo que assenta o compromisso com o movimento de mulheres da época e sua respectiva produção intelectual, viabilizando a formação de estudos culturais feministas. Posteriormente, é assinalado um interregno, situado nos anos 1980, onde se destaca, por um lado, *Feminism for girls* (1981) e, em especial, a revisão da narrativa que articula classe, gênero e raça – ainda que incipiente – e, por outro, a imersão no plano do reconhecimento das experiências vividas.

Portanto, de meados dos 1970 até o início dos 1980, feminismo e estudos culturais já sinalizam uma convergência no estudo da cultura midiática via análise de sentidos, imagens e estereótipos que circulam na mídia. Posteriormente, essa sinergia vai se desdobrar tomando como foco de atenção o consumo e a recepção midiática. Embora tenham objetos de estudo particulares, ambas linhas de interesse podem ser vistas de modo aglutinado na sua preocupação com a problemática das identidades e subjetividades.

Por fim, encerro o período delimitado neste artigo com a antologia *Off-Centre: feminism and cultural*

¹⁰ Entre eles, os de Doroty Hobson, Ros Coward, Hazel Carby, Angela McRobbie, Mort, Janice Winship, Weedon e dela própria. Devido à dificuldade que se enfrentaria para analisar individualmente cada um desses trabalhos no espaço deste artigo, optou-se por destacar apenas aqueles de autoria coletiva.

Studies, organizada por Sarah Franklin, Celia Lury e Jackie Stacey, publicada em 1991, fruto do Women Thesis Writer's Group do CCCS. Trata-se de obra que registra a continuidade da trajetória de pesquisa compilada em *Women take issue* (1978) e que, de alguma forma, faz um exame dos dez anos de sua publicação, documentando a contribuição feminista para os estudos culturais, em especial daquela desenvolvida na University of Birmingham.

Assim como na primeira coletânea-chave, esta também tem uma parte introdutória, escrita pelas organizadoras, intitulada *Feminism and cultural studies: pasts, presents, futures*, na qual elas destacam as afinidades, embora também reconheçam a existência de incômodos, entre estudos culturais e feminismo. Entre as convergências, ressaltam que ambos os campos não têm uma história unificada e lineal; aspiram estar conectados com a vida social e política de fora da academia; compartilham um distanciamento crítico em relação a disciplinas estabelecidas e consagradas, desafiando-se a construir bases interdisciplinares; experimentam novas práticas acadêmicas, sobretudo, valorizando o trabalho coletivo, em vez do individual; e dão abertura para as conexões entre vida pessoal e questões teóricas. Sob a perspectiva feminista, os últimos dois pontos são os mais fortemente produtivos, indicando inclusive a possibilidade de construção de uma epistemologia feminista. Ao mesmo tempo, criticam a timidez dos estudos culturais em relação a esses mesmos aspectos.

No que diz respeito aos interesses e aos objetos de estudo, notam que estes foram se transformando: de uma preocupação mais centrada em questões de ideologia e, mais tarde, hegemonia, passou-se para a atenção à problemática da(s) identidade(s) e da subjetividade, em decorrência da influência do pós-estruturalismo e da psicanálise. Quando essa guinada se consolida, revela um impasse entre feministas do materialismo histórico e as pós-estruturalistas. Em outros termos, entre um feminismo material e um cultural, embora os encontros entre eles não sejam estanques. Contudo, assinalo que tais deslocamentos teóricos e cisão também ocorreram no âmbito dos estudos culturais, se bem que em outros termos¹¹.

Associadas com a importância que adquirem tais referenciais nessa nova etapa, observa-se a refutação de uma essência comum a todas as mulheres, a desmontagem da ideia de uma identidade única, fixa e estável e a ascensão da diferença e diversidade. Na direção contrária a uma totalidade homogênea que integrava as mulheres e apagava principalmente as questões de raça, geração, orientação sexual, entre outras, privilegia-se a natureza, social e culturalmente construída das identidades de gênero e seu caráter propriamente histórico. Mas tais mudanças, na época (1991), ainda não estavam plenamente consolidadas; por isso, as autoras manifestam sua preocupação com esta perspectiva:

O desafio, tanto teórico quanto político, consiste em saber se as feministas podem permanecer

¹¹ A reflexão de Hall (1999, p. 13), apresentada no clássico *A identidade cultural na pós-modernidade*, é exemplar sobre essa guinada nos estudos culturais. E os termos do impasse no campo dos estudos culturais talvez estejam postos entre aqueles que se inclinam por uma versão mais textualista contra aqueles que defendem uma versão mais materialista.

juntas pelo que têm em comum em relação às estruturas sociais patriarcais opressoras, sem negar as reais diferenças que existem entre as mulheres e as especificidades que resultam em distintas formas de opressão (FRANKLIN; LURY; STACEY apud DÍAZ, 2009, p. 434, tradução nossa).

Nessa direção, a especificidade dos estudos culturais feministas, vista nas narrativas coletivas recém comentadas, em especial nas três antologias-marco desta genealogia, *Women take issue* (1978), *Feminism for girls* (1981) e *Off-Centre* (1991), está expressa em um largo e denso espaço em que se discute como a pesquisa é conceituada, conduzida e pensada, estimulando um processo de questionamento permanente sobre suas formulações e, inclusive, tematizando para quem deve dirigir-se o conhecimento produzido e, portanto, como ele deve ser traduzido na sua forma escrita.

Ao assumir essas fronteiras, adota-se uma posição de autorreflexividade, salientando o papel da experiência ora pessoal, ora coletiva. Esse tipo de posicionamento contribui para a afirmação de uma perspectiva epistemológico-política de reconhecimento da categoria gênero como princípio fundante e constitutivo do social (BONETTI, 2012).

De modo mais geral, também, estavam ocupadas com o questionamento sobre a especificidade da análise feminista da cultura, demonstrada tanto no capítulo introdutório, recém citado, quanto no segundo, que trata das relações entre feminismo, marxismo e thatcherismo. Com certeza, a coletânea não pretende apresentar um único modelo de análise cultural, reconhecendo uma diversidade de alternativas, característica também presente em *Women take issue* (1978) e, assumidamente explicitado, em *Feminism for girls* (1981). Depois da parte inicial, reúnem as contribuições em mais três seções, que abordam: representação e identidade; ciência e tecnologia; e o thatcherismo e a cultura da empresa.

A de maior interesse nesta reconstituição é a primeira, que revela, de modo forte, o imbricamento entre estudos culturais e feminismo, por meio de cinco capítulos que tratam da cultura popular, de análises de representações e da problemática da identidade. A cultura popular, compreendida como um espaço de disputa simbólica, no qual se desenvolvem conflitos e se constroem distinções entre os diferentes grupos, em contextos históricos específicos, propiciou espaço para a presença de variadas análises sobre identidades de gênero, incluindo, na antologia, um estudo sobre masculinidade de jovens da classe operária. Além disso, o foco na experiência prazerosa das mulheres com distintos produtos da cultura popular, principalmente com o melodrama, por meio de estudos de audiência, também está contemplado nessa parte da coletânea.

Na apresentação da segunda seção, as editoras adiantam que as conexões entre ciência e tecnologia não compõem um eixo de afinidades entre estudos culturais e feminismo, sendo de maior interesse deste último. E a última parte consiste em uma tentativa de introduzir o enfoque feminista numa problemática – o thatcherismo – que estava na mesa dos estudos culturais da época e, ainda, era pouco explorada pelo viés de gênero.

Por meio dessas três seções, vislumbram-se algumas pistas para o futuro da relação entre feminismo

e estudos culturais. O início dos anos 1990 demarcava, segundo Balsamo (1991), duas frentes de *cultural politics*¹²: uma delas protagonizada pelo feminismo negro, articulado a questões em torno do pós-colonial e à política da localização; e a outra centrada em questionamentos epistemológicos, fundados no tripé ciência, tecnologia e corpo. Duas frentes que estão em plena vigência contemporaneamente no âmbito dos estudos culturais feministas. Portanto, considera-se que *Off-Centre* (1991) ocupa um lugar equivalente ao de *Feminism for girls* (1981), encerrando um ciclo e demarcando novo giro, motivação para dar continuidade a esta genealogia.

PARA ENCERRAR

Esta narrativa, bastante limitada no tempo (1974-1991), contribui para que não se perca a memória dos embates sobre a produção feminista de conhecimento, dos temas, objetos e enquadramentos teóricos que fizeram parte do início da relação entre feminismo e estudos culturais. Permite, também, pensar que se hoje podemos falar em estudos culturais feministas, isto se deve em parte ao percurso das pioneiras aqui mencionadas.

Ao mesmo tempo, este breve relato serve para pensar que há um paralelismo entre ambos os campos, na medida em que reivindicam uma abertura teórica e, simultaneamente, a necessidade de demarcar respectivamente suas especificidades. Por isso, a defesa que Stuart Hall (2003, p. 203, grifo nosso) faz sobre o que são os estudos culturais também é adequada para questionar o que são os estudos culturais feministas:

Ainda que os estudos culturais, como um projeto, estejam em aberto, não podem ser simplesmente pluralistas desta maneira. [...] Constituem, sim, um projeto sempre aberto àquilo que ainda não conhece, àquilo que ainda não pode identificar. Porém, tal projeto possui, também, um certo desejo de conectar-se, um balizamento nas escolhas que faz. Portanto, *realmente fará diferença interpretar-se os estudos culturais como sendo uma coisa ou outra.*

Embora o matiz político dos estudos culturais e dos estudos culturais feministas configure outra correspondência entre eles, apenas os últimos se constituem ao redor da categoria de gênero, ainda que, em seu percurso, em um primeiro momento, estivessem centrados nas mulheres e, somente mais tarde, incorporassem o conceito de gênero e uma abordagem relacional entre mulheres e homens, atribuindo um caráter fundamentalmente social e cultural às relações entre os sexos e, por sua vez, propiciando o adensamento da discussão sobre a sexualidade¹³.

¹² Costa (2014, p. 83) assume que *cultural politics* "representa um meio mediante o qual se possibilita o estudo, de maneira não reducionista, das complexas relações entre cultura, política e poder. Trata-se de uma tentativa de abarcar tanto as dimensões políticas da cultura, como as dimensões culturais da política, salientando seus respectivos potenciais emancipatórios".

¹³ Nessa direção, não se desconhece a potencialização contemporânea de diversas perspectivas acionadas pelos ativismos e estudos

Outro tema evidente que atravessa toda a produção comentada é a relação academia e ativismo, desembocando numa forte preocupação com o lugar de fala das investigadoras/ativistas. No âmbito da produção do conhecimento, reconhecer a importância e a afirmação desse lugar significa evidenciar um determinado ponto de vista e, em certa medida, refutar a neutralidade epistemológica. Tal viés possibilita dar adesão à premissa de “pensar a importância epistêmica da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento”, como diz Djamila Ribeiro (2017, p. 29). Nesse sentido, a análise de Costa (2014, p. 87) conclui que “as práticas políticas e culturais feministas representam, para os estudos culturais, *um exemplo* de como articular duplamente a necessidade de intervenção histórica com o imperativo de abstração teórica”.

Em síntese, auscultando o momento de formação das relações entre feminismo e estudos culturais, delimitado no período de 1974-1991, identifica-se um conjunto singular de problemas-objeto, uma discussão contínua sobre método e uma prática política própria que tem potência para caracterizar um determinado programa de pesquisa, ainda que diverso teórica e metodologicamente. Portanto, sugere-se assumir o desafio de nomear essa prática teórica e política de análise cultural como estudos culturais feministas, com vistas à sua visibilidade e ao seu reconhecimento já que o que não é nomeado não é reconhecido nem visível (RIBEIRO, 2017).

REFERÊNCIAS

BALSAMO, Anne. Feminism and cultural studies. *The Journal of the Midwest Language Association*, v. 24, n. 1, pp. 50-73, 1991.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. *Labrys, Études Féministes/ Estudos Feministas*, n. 20, jan./jul. 2012. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>>. Acesso em 5 fev. 2018.

BRUNSDON, Charlotte. A thief in the night: stories of feminism in the 1970's at CCCS. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Eds.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. London, New York: Routledge, 1996. p. 275-285.

BUTCHER, Helen; COWARD, Ros; EVARISTI, Marcela; GARBER, Jenny; HARRISON, Rachel; WINSHIP, Janice. *Images of women in the media*. Birmingham: Center for Contemporary Cultural Studies, 1974. Disponível em: <<https://www.birmingham.ac.uk/Documents/college-artslaw/history/cccs/stencilled-occasional-papers/9and25to37/SOP31.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

LGBTQI+.

CCCS – CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. *Eighth report 1974-76*. Birmingham: Center for Contemporary Cultural Studies, 1976. Disponível em: <<https://www.birmingham.ac.uk/Documents/college-artslaw/history/cccs/annual-reports/1975-76.pdf>> Acesso em: 5 fev. 2018.

COSTA, Cláudia de Lima. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 44, pp. 79-103, jul./dez. 2014.

DÍAZ, Isabel González. Mujeres que ‘interrumpen procesos: las primeras antologías feministas en los Estudios Culturales. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 417-443, maio/ago. 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos culturais latino-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputas. *MATRIZES*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 99-113, jan./abr. 2018.

_____. Pensando as relações entre mídia e gênero através de histórias pessoais: o caso brasileiro. *Derecho a Comunicar*, México, n. 4, p. 174-186, jan./abr. 2012.

_____. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. *MATRIZES*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 61-76, set./dez. 2016.

Derecho a Comunicar, México, n. 4, p. 174-186, jan./abr. 2012.

_____. *Cartografias dos estudos culturais*. uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. A contribuição do olhar feminista. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-11, jan./jun. 1998.

HALL, Stuart. Os estudos culturais e seu legado teórico. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 199-218.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____.; JEFFERSON, Tony. Retorno a *Rituales de resistencia*. In: _____.; _____. (Eds.). *Rituales de resistencia*. Subculturas juveniles en la Gran Bretaña de postguerra. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. p. 15-54.

HOLLOWS, Joanne. Feminismo, estudios culturales y cultura popular. *Lectora*, n. 11, p. 15-28, 2005.

MCROBBIE, Angela; GARBER, Jenny. Las chicas y las subculturas: una investigación exploratoria. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Eds.). *Rituales de resistencia*. Subculturas juveniles en la Gran Bretaña de postguerra.

Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. p. 315-331.

MCROBBIE, Angela; MCCABE, Trisha (Eds.). *Feminism for girls: An adventure story*. London, New York: Routledge, 1981.

POWELL, Rachel; CLARKE, John. Una nota sobre la marginalidad. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Eds.). *Rituales de resistencia*. Subculturas juveniles en la Gran Bretaña de postguerra. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. p. 333-339.

RESTREPO, Eduardo. *Antropología y estudios culturales: disputas y confluencias desde la periferia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.